



EXPLORANDO AS RAÍZES E CONSEQUÊNCIAS DO TOTALITARISMO

uma análise dos mecanismos de
controle e manipulação a partir de
Hannah Arendt

EXPLORING THE ROOTS AND CONSEQUENCES OF
TOTALITARIANISM

an analysis of control and manipulation mechanisms from
Hannah Arendt

Aline Maria Ribeiro-Cantu¹
Universidade Estadual de Londrina

¹ Doutoranda em Filosofia pelo Programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

E-mail: aline.ribeirofilosofia@uel.br.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9749433429244345> ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-9871-0026>.



Resumo: Considerando o totalitarismo e suas implicações na sociedade moderna, buscamos responder à questão: Como o totalitarismo molda a sociedade e justifica suas ações, manipulando a percepção da realidade e o comportamento humano? Objetivamos analisar as características e as consequências do totalitarismo, bem como conceitos como, propaganda, ideologia e terror. Investigando como o totalitarismo busca suprir a necessidade humana de ordem e sentido, além de examinar a influência desse sistema na sociedade e na natureza humana. Analisaremos principalmente a obra *Origens do Totalitarismo* (2012) de Hannah Arendt para sustentar a hipótese de que o totalitarismo, ao promover uma realidade fictícia e coerente, busca eliminar a capacidade de pensar criticamente e agir de forma independente, controlando os indivíduos. Concluímos que o totalitarismo busca criar uma nova espécie de ser humano, moldado pela ideologia e controlado pelo terror, resultando na destruição da individualidade e na supressão da liberdade.

Palavras-chave: Totalitarismo. Hannah Arendt. Ideologia. Estrutura Totalitária. Manipulação de massa.

Abstract: Considering totalitarianism and its implications in modern society, we aim to address the question: How does totalitarianism shape society and justify its actions, manipulating the perception of reality and human behavior? Our objective is to analyze the characteristics and consequences of totalitarianism, as well as concepts such as propaganda, ideology, and terror. Investigating how totalitarianism seeks to fulfill the human need for order and meaning, as well as examining the influence of this system on society and human nature. We will primarily analyze Hannah Arendt's work *The Origins of Totalitarianism* (2012) to support the hypothesis that totalitarianism, by promoting a fictitious and coherent reality, seeks to eliminate the ability to think critically and act independently, thereby controlling individuals. We conclude that totalitarianism seeks to create a new species of human being, shaped by ideology and controlled by terror, resulting in the destruction of individuality and the suppression of freedom.

Keywords: Totalitarianism. Hannah Arendt. Ideology. Totalitarian Structure. Mass Manipulation.



Introdução

O totalitarismo, segundo Hannah Arendt, é uma forma de governo que redefine estruturas políticas, suprimindo tradições e buscando a hegemonia global através da ideologia e do terror. Isso permitiu atos como os cometidos por Eichmann, que operava dentro da burocracia do regime totalitário. Arendt argumenta que mesmo subjugado ao sistema, Eichmann ainda é responsável por suas ações, pois possuía a capacidade de pensar por si mesmo. Contudo, nos questionamos, até que ponto a estrutura totalitária pode influenciar o comportamento de uma sociedade?

Arendt destaca a distinção entre poder e lei, onde o poder aplica a lei enquanto esta limita o poder, uma relação essencial para governos justos. Porém, nos regimes totalitários, essa relação é distorcida, com a lei servindo ao movimento totalitário em detrimento da estabilidade social. O totalitarismo se diferencia das formas tradicionais de governo pela sua estrutura, que busca um controle total sobre indivíduos, tanto na esfera pública quanto privada. Arendt compara essa estrutura a uma cebola, com o líder no centro, controlando de dentro para fora, diferente das costumeiras estruturas hierarquizadas onde um líder comanda de cima para baixo, em um governo como o totalitário o líder está dentro, protegido pelo núcleo de apoiadores.

A ideologia totalitária busca criar uma sensação de pertencimento e coerência, distorcendo a realidade para enquadrá-la em sua narrativa. O domínio total se baseia na organização das massas, não das classes, e busca aniquilar a individualidade em prol do Estado total. Arendt também aborda a relação entre história e natureza, destacando a busca humana pela imortalidade através da memória e da obra. O paradoxo entre a mortalidade humana e a imortalidade da natureza é resolvido poeticamente na antiguidade grega, mas a filosofia de Platão torna-se imperativa ao afirmar a imortalidade potencial dos seres humanos. Esses conceitos ajudam a entender como o totalitarismo molda a sociedade e justifica suas ações, manipulando tanto a percepção da realidade quanto a própria ideia do que é ser humano.

No início da época moderna, a dúvida se tornou central com o "cogito" de Descartes, estabelecendo as bases da modernidade na incerteza em relação aos sentidos e aos pensamentos inatos. A História, nesse período, deixou de ser apenas relato de feitos e sofrimentos para se tornar um processo moldado pelo ser humano. Arendt destaca que neste momento o ser humano passou a agir sobre o mundo e sobre a natureza, moldando-os de maneira semelhante à maneira como moldava a história. Os governos totalitários exploraram essa capacidade humana de ação, paralisando-a e moldando atos e reações a eventos, utilizando a ideologia para transformar os indivíduos em seres previsíveis e manipuláveis. Através de uma lógica ideológica, esses regimes subverteram as leis da



natureza e da história, buscando justificar suas ações, como por exemplo, sacrifícios “necessários” para o bem da espécie ou do movimento. A propaganda totalitária preparava as massas para aceitar o poder do partido, enquanto a ideologia e o terror eram empregados para manter o domínio absoluto, substituindo inimigos conforme necessário para perpetuar o controle.

Buscamos explorar a ascensão e a natureza do governo totalitário, especialmente em sua capacidade de manipular e controlar as massas. Hannah Arendt destaca a importância da propaganda, do terror e da ideologia na criação desse tipo de regime. Ela argumenta que, ao promover uma realidade fictícia e coerente, o totalitarismo busca suprir a necessidade humana de ordem e sentido. A propaganda inicialmente convence as massas, mas é substituída pela ideologia e pelo terror, que buscam eliminar a capacidade de pensar criticamente e agir de forma autônoma. O isolamento e a solidão são ferramentas essenciais desse sistema, que busca destruir a interação social e a individualidade. Arendt também discute a transformação das vítimas em autômatos nos campos de concentração, onde o terror total busca destruir não apenas as vidas, mas também a própria humanidade das pessoas. Em última análise, o governo totalitário procura criar uma nova espécie de ser humano, moldado pela ideologia e controlado pelo terror.

1 Estrutura e especificidades do totalitarismo

O totalitarismo, conforme delineado por Hannah Arendt, representa uma abordagem governamental inédita, capaz de remodelar estruturas políticas preexistentes, suprimir tradições e almejar a hegemonia global. Fundamentado na ideologia e no terror (Arendt, 2012, p. 611), esse regime viabiliza a perpetração de atrocidades como as cometidas por Eichmann, cuja execução somente se tornou possível devido à burocracia capaz de controlar todos os estratos da sociedade. O agente em questão necessitava estar integrado ao aparato governamental para perpetrar tais crimes. Segundo a filósofa, é altamente improvável que Eichmann sequer considerasse matar alguém por iniciativa própria; ele estava imerso em uma realidade moldada pela ideologia. Contudo, o fato de Eichmann estar subjugado ao sistema totalitário, conforme Arendt, não o exime de sua responsabilidade (Arendt, 2012, p. 312).

Em uma discussão filosófica, fenomenológica e política, com implicações morais e éticas, Hannah Arendt lança luz sobre questões que despertaram o interesse e a crítica de muitos de seus leitores (Arendt, 1999, pp. 307-312). O objetivo desta primeira seção é esclarecer algumas das características do domínio totalitário, a fim de ajudar o leitor a encontrar semelhanças ou diferenças em seus próprios governos e auxiliar na compreensão do sistema no qual Eichmann estava inserido.



Deste modo, é necessário compreender o que é o totalitarismo para entender a ideia levantada por Arendt, pois Eichmann fez parte desse sistema e, evidentemente, foi diretamente afetado por ele.

O sistema totalitário se diferencia dos demais não apenas em sua estrutura, pois não se trata apenas de uma ditadura ou tirania, mas se distingue de maneira essencial pela ideologia e pelo terror.

Em vez de dizer que o governo totalitário não tem precedentes, poderíamos dizer que ele destruiu a própria alternativa sobre a qual se baseiam, na filosofia política, todas as definições da essência dos governos, isto é, a alternativa entre o governo legal e o ilegal, entre o poder arbitrário e o poder legítimo [...] o totalitarismo nos coloca diante de uma espécie totalmente diferente do governo. É verdade que desafia todas as leis positivas, mesmo ao ponto de desafiar aquelas que ele próprio estabeleceu [...] Mas não opera sem a orientação de uma lei, nem é arbitrário, pois afirma obedecer rigorosa e inequivocamente àquelas leis da Natureza ou da História que sempre acreditamos serem a origem de todas as leis (Arendt, 2012, p. 613).

De acordo com Arendt (1953, pp. 274-275), existe uma diferença entre lei e poder que não pode passar despercebida. Por um lado, "aprendemos que o poder aplica a lei para efetivar a legalidade; por outro, a lei é concebida como a limitação e a fronteira do poder, as quais nunca devem ser ultrapassadas" (Arendt, 1953, p. 274). Deste modo, o poder é um instrumento para fazer valer a lei, e a lei é um instrumento para controlar o poder. Esta característica não é um problema sob um governo justo, seja ele uma monarquia, aristocracia ou democracia. Sendo assim, apenas seus contrários teriam um problema no que diz respeito à lei e poder no sentido que foi demonstrado, como, por exemplo, a tirania, a oligarquia e a oclocracia (Arendt, 1953, pp. 274-275).

É importante ressaltar que Arendt distingue essencialmente o poder da violência e cita Montesquieu para demonstrar que essa distinção não é idealista e inalcançável. "Montesquieu, cuja fama se sustenta seguramente na descoberta dos três ramos do governo, o legislativo, o executivo e o judiciário – isto é, na grande descoberta de que o poder não é indivisível –, era um escritor político muito mais que um pensador sistemático" (Arendt, 1953, p. 281).

Segundo Arendt (1953), Montesquieu inaugurou, sob a ótica dos três poderes, uma visão da vida pública que não associava o poder à violência, mas os separava completamente, considerando-os entidades distintas que não precisavam estar relacionadas. As atividades políticas humanas se relacionam com os três poderes em um nível essencial: a criação das leis, a execução de decisões e a sentença judicial. Assim, cada divisão concentra o poder, ao mesmo tempo em que o regula e é regulada (Arendt, 1953, pp. 281-283).

Porém, de acordo com Arendt, nos governos totalitários, "o próprio termo lei mudou de sentido: deixa de expressar a estrutura de estabilidade dentro da qual podem ocorrer os atos e os movimentos humanos, para ser a expressão do próprio movimento" (Arendt, 2012, p. 617). Nos

governos totalitários, a ideia de poder também se transforma, pois eles criam camadas e duplicam órgãos, podendo até mesmo se desprender completamente de um plano de governo ou sequer concebê-lo. Isso ocorre porque o domínio total busca uma sensação constante de impermanência, de movimento, destruindo a estabilidade e moldando a sociedade de forma a fazer crer que o que não está alinhado com o movimento está morrendo. Ao mesmo tempo, impede que a sociedade normalize esse estado, mantendo os indivíduos sempre em movimento. O governante totalitário não pode admitir nenhum erro; ao invés disso, ele instaura uma mentira sistemática contra a realidade factual para manter seu domínio (Arendt, 2012, pp. 522-534). “A relação entre duas fontes de autoridade, entre o Estado e o Partido, é a relação entre uma autoridade aparente e outra real, de modo que muitos descrevem a máquina governamental do regime totalitário como fachada importante, a esconder e disfarçar o verdadeiro poder do partido” (Arendt, 2012, p. 534).

Um dos aspectos cruciais ao se falar do totalitarismo, com base no pensamento de Hannah Arendt, é a distinção entre as diferentes manifestações totalitárias entre si, mas principalmente entre o totalitarismo e outras formas de governo. As manifestações totalitárias podem variar, como Arendt aponta para a Rússia bolchevique e a Alemanha nazista, mas ela também questiona: “Um estudo do totalitarismo pode ignorar o que aconteceu e está acontecendo na China?” (Arendt, 2012, p. 418). Não se sabe ao certo, Arendt sugere que as formas de manifestação totalitária podem diferir entre si e não necessariamente levar ao extermínio em massa de milhares de pessoas, como ocorreu durante o Terceiro Reich. Segundo a filósofa, “pode ser que os verdadeiros traços do nosso tempo só assumam sua forma autêntica - embora não necessariamente a mais cruel - quando o totalitarismo for parte do passado” (Arendt, 2012, pp. 611-612). Com base nessa ideia, buscamos compreender quais são as possíveis heranças totalitárias para o nosso tempo. Apesar de o material de estudo em relação aos governos totalitários ser escasso na época de Arendt, a autora afirma que existem diferentes formas de governo totalitário, assim como a monarquia absolutista na França, que se estabeleceu de forma diferente da Espanha, ou mesmo a democracia em suas mais diversas expressões.

Enfim, era óbvio que os ‘pensamentos’ de Mao Tse-tung não seguiam as linhas estabelecidas por Stalin (ou Hitler), que ele não era um assassino instintivo, e que o sentimento nacionalista, tão proeminentemente em todos os levantes revolucionários nos países que tinham sido colônias, era suficientemente forte para impor limites ao domínio total. Tudo isso parece contrariar certos receios expressos neste livro (Arendt, 2012, p. 419).

A preocupação central de Arendt reside no domínio total, onde, através do terror como instrumento, o totalitarismo perpetua-se mesmo quando todos estão subjugados. Esse tipo de governo radicaliza o controle sobre as ações humanas, utilizando ideologia e terror para minar interações sociais,



destruindo tanto o espaço público quanto o privado dos indivíduos. Ele burocratiza funções, executa massacres administrativos em massa e busca atingir não apenas a esfera pública, mas também a privada, isolando e aterrorizando internamente os indivíduos. Seu objetivo é a destruição da liberdade em todos os níveis, unificando as pessoas e anulando suas identidades individuais. A distinção crucial entre o totalitarismo e outras formas de governo está na extensão de sua dominação, que se estende até mesmo à esfera privada dos indivíduos.

Sobre a distinção entre o domínio público e privado, é importante salientar que, segundo Hannah Arendt (1993), a esfera privada está associada às atividades domésticas e familiares, constituindo um espaço pré-político onde o indivíduo se prepara para suas ações políticas. A privacidade diz respeito a assuntos que não são de interesse público, mas que ainda assim são essenciais para a vida individual. É no âmbito privado que os indivíduos satisfazem suas necessidades e se preparam para ingressar na esfera pública. Por sua vez, a esfera pública é o espaço de "aparecimento", onde os homens, coletivamente, expressam sua singularidade e diversidade, exibindo suas ideias e diferenças para os outros, evidenciando a pluralidade do mundo em cada ação individual.

O totalitarismo busca dominar completamente o indivíduo tanto no âmbito público quanto no privado. Além desse controle extremo exercido pelo governo sobre o indivíduo, o domínio total difere em sua estrutura das formas de governo conhecidas anteriormente. Enquanto nas estruturas convencionais o poder geralmente se concentra no topo, seguindo uma hierarquia em forma de pirâmide, onde uma autoridade governa os demais de forma hierárquica, a organização totalitária é construída de modo a proteger o governo, o partido e o movimento do mundo externo não totalitário, estabelecendo camadas que criam uma espécie de "cortina de ferro" contra o mundo exterior. Como observa Arendt, "as formas de governo sob as quais os homens vivem são muito poucas; foram descobertas cedo, classificadas pelos gregos e demonstraram rara longevidade" (Arendt, 2012, p. 612). Portanto, é fácil confundir o totalitarismo com outros tipos de governo opressor, como a tirania, pois quando o totalitarismo assume o poder, inicialmente "deve agir como uma tirania e derrubar as fronteiras da lei feita pelos homens" (Arendt, 2012, p. 619). No entanto, Arendt ressalta a essência dos governos e busca compreender a essência do governo totalitário; enquanto a tirania é caracterizada pelo medo, tanto do governante quanto dos governados, o totalitarismo tem como essência o terror. "[...] o lugar das leis positivas é ocupado pelo terror total, destinado a tornar real a lei do movimento da história ou da natureza" (Arendt, 2012, p. 617).

Sempre que galgou o poder, o totalitarismo criou instituições políticas inteiramente novas e destruiu todas as tradições sociais, legais e políticas do país [...] o governo totalitário sempre transformou as classes em massa, substituindo o sistema partidário não por ditaduras unipartidárias, mas por um movimento de massa, transferiu o centro



do poder do Exército para a polícia e estabeleceu uma política exterior que visava abertamente ao domínio mundial (Arendt, 2012, p. 611).

A estrutura totalitária reformula a maneira de lidar com cada indivíduo, reduzindo a individualidade a uma mera entidade manipulável, aspirando ao domínio mundial. O totalitarismo pode surgir de ditaduras, mas não se confunde com elas, pois organiza as massas em vez das classes ou qualquer grupo político bem estabelecido, transferindo o poder e usando a violência dos campos como meio de erradicar a individualidade humana. Segundo Arendt, esse tipo de governo tem origem no antisemitismo como ideologia política, que ultrapassa o mero ódio a um grupo específico, como no caso do antisemitismo (ódio aos judeus), moldando esse sentimento em um discurso ideológico que cria uma aversão sistemática e transforma as pessoas em camadas protetoras contra o extremismo radical do governo. O movimento totalitário se apropria de teorias e se apresenta como sua solução, visando libertar a humanidade das leis, alegando torná-la a "encarnação da lei" (Arendt, 2012, p. 615).

Em contraposição tanto aos regimes tirânicos como aos autoritários, a imagem mais adequada de governo e organização totalitários parece-me ser a estrutura da cebola, em cujo centro, em uma espécie de espaço vazio, localiza-se o líder; o que quer que ele faça- integre ele o organismo político como em uma hierarquia autoritária, ou oprime seus súditos como um tirano - ele o faz de dentro, e não de fora ou de cima (Arendt, 2016, p. 136).

O totalitarismo cria a ilusão de pertencimento a algo muito maior que o indivíduo, de modo que todos parecem fazer parte do movimento da História ou da Natureza. Esta nova forma de dominação também cria ou se apropria de teorias conspiratórias já existentes em seus discursos, de modo que as pessoas realmente passem a pensar que estão se protegendo de uma ameaça maior, o que as faz aderir ao sistema total inicialmente como forma de proteção. Por exemplo, o “protocolo dos Sábios de Sião” foi um documento usado pelo domínio total como suporte aos seus discursos, ele consistia em uma suposta sociedade secreta de judeus que pretendia dominar o mundo. O que para muitos poderia parecer absurdo, se tornou mola propulsora para o discurso ideológico nazista e encaminhamento para a ação totalitária. Em contrapartida a esta suposta sociedade secreta o domínio total se organiza de maneira similar, como uma contra ideologia de proteção.

Segundo Arendt (2012, pp. 434-447), para que os planos do governo totalitário pudessem ser levados adiante, era necessário o apoio de uma grande parcela da população. Por esse motivo, o regime se preocupou em organizar as massas e não as classes. As massas consistiam em uma quantidade significativa de pessoas que não se uniam com um objetivo comum, lutando por uma causa específica para seu grupo. Ao contrário, eram indivíduos anteriormente desinteressados pela política, atraídos por propaganda e mentiras coerentes, características presentes em qualquer país. As massas eram



normalmente rejeitadas pelas campanhas partidárias, uma vez que não possuíam objetivo político ou conhecimento dos assuntos públicos. Esse novo tipo de governo, o totalitário, mais do que todos os outros, necessitava de “material humano”, material que podia ser exterminado sem grandes problemas. Por isso, o interesse do movimento totalitário em articular as massas, que normalmente constituíam a maioria da população (Arendt, 2012, pp. 434-447).

Além disso, Arendt (2012, p. 442) expõe que os governos totalitários foram os primeiros partidos verdadeiramente antiburgueses, pois buscavam apagar a identidade de cada indivíduo, de modo que todos na sociedade se resumissem a um só, agindo conforme as determinações do Estado e não dos interesses individuais ou de uma coletividade qualquer. Nenhum interesse individual tinha espaço em um movimento governamental que afirmava estar em busca de “propósitos maiores”. Essa estrutura, diferente das estruturas governamentais anteriormente conhecidas, formava uma barreira contra o mundo real. Essa proteção era de extrema importância, pois o totalitarismo criava um mundo fictício inteiramente novo e forçava a coerência lógica deste mundo aos indivíduos.

Segundo Arendt (2012, pp. 474-485), o domínio total criava um mundo de coerências antes mesmo de tomar o poder e, logo depois, moldava o mundo para que este passasse a funcionar de acordo com a sua ideologia. A lógica que era forçada ao pensamento das pessoas era constantemente melhor aceita do que o mundo caótico que não possuía ordem definida. Por esse motivo, tornava as mentiras sistemáticas e a ficção de um mundo perfeito e coerente uma nova realidade plausível e aceita sem grandes questionamentos.

Como lembra Turatto (2017), durante o Terceiro Reich, as palavras de Hitler eram tomadas como lei, criando uma confusão entre lei e ordem. Os cidadãos acreditavam firmemente estar agindo de acordo com as leis, e de fato Eichmann, por exemplo, estava inserido na legalidade nazista, fundamentando seus atos na autoridade do governo e nas leis totalitárias. Apesar das noções de lei serem completamente diferentes no estado totalitário, Arendt possuía uma concepção de lei diferente da tradição. Para a autora, lei, poder e liberdade não são conceitos conflitantes, pois as leis asseguram estabilidade aos homens e segurança a cada nascimento, permitindo ainda ação espontânea, pois a lei cria um espaço entre os homens, um espaço no qual é possível agir (Turatto, 2017, pp. 92-96). “A noção inicial de lei como uma cerca sobrevive nos códigos de lei positivados, mediante os quais a lei universal é traduzida em padrões humanos de certo e errado.” (Arendt, 1953, p. 279). As leis positivas, que se fundamentam a partir das leis eternas, garantem a permanência das leis contra a impermanência dos seres humanos.

Instaura-se o terror quando os governos totalitários executam uma lei universal do movimento, que desestabiliza as leis positivas. Assim, as leis do progresso e desenvolvimento, como leis da história e da natureza, estão em constante movimento e não agem mais em favor da permanência. O



totalitarismo se constitui como uma nova forma de governo, radical e autoritária, que visa dominar a vida de todos os indivíduos em todos os aspectos, atingindo a vida pública, mas também a esfera privada. Este modo de governar utiliza a ideologia para guiar o modo de ver e perceber o mundo, guiando as ações de maneira previsível e controlada. O terror, por sua vez, possui o papel de aniquilar toda possibilidade de ação espontânea, visando a morte daqueles que eram considerados inimigos do estado; o terror era o meio de atingir aquilo que a ideologia dizia ser um processo de hegemonia histórica ou natural. No caso da Alemanha nazista que buscava dominar através da ideologia racista, como se houvesse superioridade “natural” entre as “raças”. O terror construiu espécies de fábricas da morte, em que a produção de cadáveres era tida como solução aos problemas. As pessoas se transformaram em um problema a ser resolvido, daí o termo Solução Final, que buscava exterminar os judeus da Alemanha nazista com base no argumento de que eles seriam um problema e como qualquer outro, poderia ser resolvido.

2 Leis da história e da natureza

O movimento totalitário utilizou uma argumentação baseada na compreensão das leis da história e da natureza como processo; como se tudo fizesse parte de um processo maior, irreversível e incontestável. Eichmann era um exemplo típico do cidadão do governo totalitário, ele aderiu ao movimento, assumiu os axiomas da ideologia como se fossem leis indubitáveis, auto evidentes e incontestáveis; cometeu atos criminosos tomando-os por corretos uma vez que o líder totalitário e todos a sua volta assim consideravam.

Segundo Hannah Arendt, é possível compreender a relação entre história e natureza a partir de duas concepções: imortalidade e processo. Um dos sentidos para a concepção de História é “salvar os feitos humanos da futilidade que provém do olvido” (Arendt, 2016, p. 70). Enraizada na ideia antiga, que começa com Homero e se estende até os Pré-socráticos, essa concepção de História se relaciona com a natureza no que diz respeito à imortalidade da natureza, ou seja, as coisas que são por si mesmas e não dependem de homens ou deuses. Sendo assim, a História tenta criar uma imortalidade para as ações humanas que merecem destaque, visto que o ser humano, enquanto espécie, tem sua imortalidade no ciclo reprodutivo, do “ser-para-sempre” que corresponde à permanência da espécie. Porém, essa imortalidade só aparece quando se apresenta como o todo da espécie, pois os seres humanos, enquanto seres individuais, são mortais e perecíveis. Por este motivo, a compreensão de história busca assegurar ao ser humano a mesma imortalidade que a natureza possui, já que ela sempre esteve presente e, por isso, não permite ser esquecida. A mortalidade individual do ser humano



perturba a quietude natural que se move de maneira cíclica com sua vida retilínea que possui início e fim.

Arendt ressalta que essa visão mudou com os questionamentos presentes na antiguidade tardia, em que a grandeza do ser humano mortal se diluiu ao concluir que a natureza da História deveria também ser circular. Logo, a narrativa histórica se aproximou da concepção cíclica da vida biológica, como se natureza e história estivessem conectadas. Contudo, a forma do ser humano tornar-se imortal era pura e simplesmente através da recordação, ou seja, a memória era a forma como o ser humano poderia efetivar sua imortalidade, seus atos no mundo seriam registrados e lembrados. Porém, entramos em um impasse no que diz respeito à permanência da natureza e à impermanência do ser humano. O ser humano, enquanto humano, é imortal e produz sua permanência pela história, ou seja, pela recordação de eventos que por si mesmos seriam esquecidos, pois não estão mais no presente. Tudo que é, está preso ao passado no instante em que começou a existir e está fadado à deterioração, como a vida individual de cada ser humano que é impermanente. Contudo, o ser humano tenta, por meio de sua obra, estar ligado ao eterno, já que a obra teria duração superior a cada vida individual. Por isso, a história tem como função recordar acontecimentos, ações e eventos produzidos pelos seres humanos; esses eventos e ações, no entanto, permanecem em débito com a natureza. Sendo assim, os homens tentam encontrar alguma permanência, apesar da sua vida mortal e perecível, nas suas ações, buscando desnecessariamente tornar imperecível o que já é imperecível por um meio perecível, que são suas obras. Pois tudo que é produzido pelo ser humano, que tira sua matéria-prima da natureza, tende a ser perecível, como se estivesse contaminado com a mortalidade de seus autores (Arendt, 2016, p.72).

Segundo Arendt, existia um paradoxo quanto à relação da natureza e história. A grandeza da natureza era a imortalidade e a grandeza do ser humano, os feitos e palavras, eram as mais “fúteis e menos duradouras” (Arendt, 2016, p. 75). O paradoxo foi resolvido poeticamente na antiguidade grega com a fama imortal que os poetas concediam aos homens de grandes feitos, através da recordação pela poesia. Contudo, “a mudança preparada por Parmênides, sobreveio com Sócrates e atingiu seu clímax na filosofia de Platão, cuja doutrina acerca da imortalidade potencial dos homens mortais tornou-se imperativa para todas as escolas filosóficas da antiguidade.” (Arendt, 2016, p. 76).

Este antigo paradoxo foi resolvido impedindo que o ser humano se medisse pela régua da natureza; por meio da “atividade do próprio pensamento” (Arendt, 2016, pp. 76-77), os homens poderiam estar na presença do que é imortal através da contemplação. Sendo assim, a conexão antiga entre natureza e história se dá pela imortalidade, algo que a natureza tem por si mesma e que os homens mortais buscam alcançar incessantemente. Essa concepção mudou novamente com o advento da era



cristã, que inverteu os papéis e tornou o ser humano individual imortal, enquanto o mundo e tudo que residia nele eram, agora, perecíveis e passageiros.

Foi na modernidade que a relação entre história e natureza mudou seu foco da imortalidade. A natureza, vista pela ótica da física que se assume como objetiva, e a história como subjetiva pela interferência humana, parecem cada vez mais distantes, porém retornam a uma relação mais intimista, se se analisar que mesmo a física precisa da interferência subjetiva das perguntas formuladas por homens, que entre outros fatores, se aproxima da participação subjetiva da história. Arendt ressalta que esta aproximação pode ser turbulenta, pois existem afirmações em contrário, focando nas diferenças entre natureza e história, por parecerem distintas. Contudo, segundo Arendt, essa distância pode ser mais estreita do que parece à primeira vista. A escolha de material interfere na História do mesmo modo que as condições prescritas pelo cientista natural interferem na ciência. Contudo, esta aproximação não é tão simples como na antiguidade grega, pois as ciências naturais se desenvolveram mais em seu tempo enquanto a história retornou seus métodos às concepções antigas de observação e catalogação (Arendt, 2016, pp. 78-83).

O início da época moderna também foi precedido pela dúvida, com o cígito de Descartes, o que colocou a modernidade sobre as bases da dúvida, tanto em relação aos sentidos quanto em relação aos pensamentos inatos. “Essa desconfiança nas faculdades humanas tem sido desde então uma das condições mais elementares da época moderna e do mundo moderno” (Arendt, 2016, p. 85).

Na época moderna a História emergiu como algo que jamais fora antes. Ela não mais compôs-se dos feitos e sofrimentos dos homens, e não contou mais a história dos eventos que afetaram a vida dos homens; tornou-se um processo feito pelo homem; o único processo global cuja existência se deveu exclusivamente à raça humana (Arendt, 2016, p. 89).

Para Arendt (2016, pp. 90-96) com todas essas mudanças o ser humano passou a agir sobre o mundo e moldar a natureza, criando processos “naturais” do mesmo modo como moldava a história, sendo assim, a ação do ser humano, capaz de interferir, não somente na História que deixava atrás de si, mas também na Natureza, passou a imitar o que o ser humano fazia manualmente, agora por meio de máquinas e invenções. Este mesmo processo usado pelas ciências históricas e naturais, foram utilizados pelos homens para manipular e moldar a seu bel prazer os assuntos humanos. O ser humano passou a ser visto como natural, e portanto, como a natureza, moldável, manipulável.

A ação humana se tornou parte essencial para compreender a condição humana. A ação, segundo Arendt, é uma atividade pela qual o ser humano é capaz de iniciar novos processos e alterar o mundo. Porém, a imprevisibilidade, tão característica do ser humano quanto a ação e a pluralidade, torna-o sempre capaz de criar e inovar. Somente a total destruição da ação, promovida por alguns tipos

de governos, como os totalitários, poderia interromper essa imprevisibilidade humana. Além disso, os processos aos quais o mundo moderno foi submetido tornaram a ação humana um processo com início e fim definidos, devendo servir a algo estabelecido; tudo passou a ser visto como processo. Os governos totalitários compreenderam que a ação pode transformar o mundo, ou até mesmo criar um mundo novo e, por esse motivo, serviram-se da ideologia como axioma básico para transformar os indivíduos em seres previsíveis e manipuláveis, substituindo o individualismo e a imprevisibilidade pelas exigências determinadas do governo. O movimento totalitário organizou pessoas para que reagissem a determinados atos superiores de maneira específica. Por este motivo as próprias leis totalitárias se tornam leis do movimento, pois tudo é processo. Modificar o comportamento humano para que ninguém aja, apenas reaja. Instaurar ordem no caos do mundo como forma de resolver todos os problemas. Apresentar soluções simples para problemas complexos. O totalitarismo pode ser um modo de pensar muito sedutor para as massas. Cria uma sensação de pertencimento e resolve problemas.

[...] o axioma do qual partiu a dedução não precisa ser, como supunha a lógica e a metafísica tradicionais, uma verdade autoevidente; ele não necessita sequer se harmonizar com os fatos dados no mundo objetivo no momento em que a ação começa; o processo da ação, se for coerente passará a criar um mundo no qual as hipóteses se tornam axiomáticas e autoevidentes (Arendt, 2016, p. 124).

Para Arendt (2012, pp. 615-622) o movimento totalitário buscava enquadrar a humanidade na lei da natureza ou da história que inspira toda lei positiva; é claro que o totalitarismo subverteu a sua maneira a lei da natureza e da história, e se utilizou delas para justificar suas atrocidades, se declarando como um movimento neutro que buscava apenas cumprir o que, supostamente, já havia sido determinado pela natureza e pela história (Müller, 2010). Os movimentos partem de uma ideia axiomática, não necessariamente verdadeira (e essa é a grande questão, a conclusão pode ser inválida desde o início, pois a premissa base é falsa), e a partir dela se constrói uma árvore de argumentos, se o indivíduo assume o axioma como válido para guiar o pensamento e consequentemente a ação, cria-se uma realidade nova, baseada nessa lógica totalitária. A lei da natureza, utilizada pelos governos totalitários, se pauta na ideia de evolução e pode ser atribuída a teoria de Darwin, sendo assim, é essa lei que determina quais indivíduos devem ser sacrificados pelo bem da espécie.

Já a lei da história, parte de Marx com a ideia de luta de classes, e assume a “sociedade como produto de um gigantesco movimento histórico” (Arendt, 2012, p. 616). Os governos totalitários não se utilizam de Marx ou mesmo de Darwin teoricamente, e neste sentido a ideologia marxista ou racista não é diferente de qualquer outra, pois o movimento totalitário queria o domínio total e a obediência



cega. Por este motivo, subvertiam as teorias como era necessário ao movimento, podendo até mesmo abandoná-las a qualquer momento se não fossem mais úteis ao propósito do governo.

Segundo Arendt (2012, pp. 614-627), tanto a lei da história como a lei da natureza foram compreendidas pelo totalitarismo como um movimento só. Ambas tendem à evolução que, segundo o movimento totalitário, aconteceria de qualquer maneira; e com isso passam a justificar que os indivíduos não estão assassinando outros indivíduos, mas apenas executando “uma sentença de morte pronunciada por um tribunal superior.” (Arendt, 2012, p. 618). O movimento totalitário se apropriou da aparente coerência do pensamento ideológico – lógica de uma ideia – para escolher as vítimas que deveriam morrer, não ao acaso, como em tragédias ou pandemias, mas pelo “acaso” de terem sido escolhidas pelo partido, serem quem são e terem nascido como nasceram. “A legitimidade totalitária, desafiando a legalidade e pretendendo estabelecer diretamente o reino da justiça na terra, executa a lei da História ou da Natureza sem convertê-la em critérios de certo e errado que norteiam a conduta individual” (Arendt, 2012, p. 614).

Segundo Arendt (2012, pp. 620-623) As leis da história e da natureza são importantes para a compreensão de que o movimento totalitário precisa oferecer aos seus adeptos obedientes uma “coerência” dentro de ações que não são nada coerentes, como as expulsões de pessoas de suas próprias casas e a morte de inocentes. A História e a Natureza, como entendida pelos movimentos totalitários se baseia no fato de que a ação humana pode ser guiada por qualquer hipótese, sendo assim, existe uma preparação no pensamento das pessoas para que elas se enquadrem dentro do movimento. Esta preparação, anterior a ideologia, é feia por meio da propaganda totalitária. Ao ponto de Arendt citar:

[...] o exemplo de Enfantin, que pressentia a chegada ‘do tempo em que a arte de movimentar as massas estará tão perfeitamente desenvolvida que o pintor, o músico e o poeta terão o poder de agradar e comover com a mesma certeza que os matemáticos resolvem um problema geométrico ou um químico analisa qualquer substância’ (Arendt, 2012, p. 480).

O movimento totalitário são preparações para que o governo chegue ao poder, desse modo, contam com a propaganda de estado, que tem como objetivo angariar o maior número de simpatizantes, fazendo-os acreditar que as ideias do partido são minimamente plausíveis. Contudo, assim que o movimento sobe ao poder, substitui a propaganda por ideologia, sendo a propaganda e a organização tão diretamente relacionados como a ideologia e o terror. Essa forma de governo que se caracteriza como movimento porque cria inimigos objetivos, de modo que, quando um inimigo é totalmente exterminado, “vencido”, o movimento pode se preocupar com outro e assim sucessivamente. Portanto, é possível que o domínio total passe de um inimigo a outro sem problemas,



até ser capaz de atingir toda a humanidade. Por exemplo, “o totalitarismo não se contenta em afirmar, apesar de prova em contrário, que o desemprego não existe; elimina de sua propaganda qualquer menção sobre os benefícios para os desempregados” (Arendt, 2012, p. 474).

A propaganda está em movimento, como as leis da história ou da natureza ou o próprio tipo de governo. Os discursos mentirosos de Hitler são um exemplo de propaganda, ou ainda, quando os nazistas “liquidaram a maioria dos intelectuais poloneses, não o fizeram devido a sua oposição, mas porque, segundo a doutrina nazista, os poloneses não tinham intelecto” (Arendt, 2012, p. 475). A propaganda normalmente é estabelecida anteriormente ao poder, com o intuito de convencer a população a apoiar o partido. A propaganda foi substituída pelo terror e teve maior aderência pelo movimento nazista, que matava pessoas inocentes como forma de demonstrar o que poderia acontecer com determinadas pessoas, que se filiassem a um partido por exemplo. A propaganda nazista é marcada por ameaças veladas e insinuações, assemelhando-se a “publicidade comercial americana”, pois é dirigida as massas, possui um certo elemento de exagero que busca convencer e usam de ‘cientificismo’ para “provar” que estão certos. Mas como esperado, os governos abandonam a ciência assim que atingem o poder, bem como substituem a propaganda pela ideologia gradualmente (Arendt, 2012, pp. 474-487).

O motivo fundamental da superioridade da propaganda totalitária em comparação com a propaganda de outros partidos ou movimentos é que o seu conteúdo, pelo menos para os membros do movimento, não é mais uma questão objetiva a respeito da qual as pessoas possam ter opiniões, mas tornou-se parte intocável de sua vida como as regras de aritmética (Arendt, 2012, pp. 497-498).

Essa forma de governar cria uma realidade por meio da propaganda, formando um mundo ficcional e coerente que exerce o papel de suprir a necessidade humana em sair do caos desorganizado e imprevisível que é o mundo. Não obstante, o bom senso, tanto confrontado pela propaganda, não aceita o total despósito totalitário, mas perde sua validade, pois a inutilidade econômica, a guerra ideológica e a criação arbitrária de um inimigo objetivo tornam a realidade criada dentro do território ocupado pelo domínio total, a única possível, já que “duvidar da validade do racismo e do antisemitismo, quando nada importava senão a origem racial, [...] era como colocar em dúvida a própria existência do mundo” (Arendt, 2012, p. 489). Isso só é possível porque “a propaganda do movimento totalitário serve também para libertar o pensamento da experiência e da realidade;” (Arendt, 2012, p. 627). Por este motivo, as ideologias não precisam estar localizadas na realidade factual, mas se tornam guias para o controle da ação e por isso mesmo impedem que as pessoas aprendam algo da realidade. Elas criam uma realidade “mais verdadeira”. Tal realidade não se baseia na experiência possível, no que é factual, mas em uma percepção de mundo que é dada pela própria



ideologia, quando se tem uma premissa axiomática aceita como ponto de partida. Essa forma de olhar o mundo e explicar a realidade é ensinada através de instituições educacionais, treinamento policial e pela propaganda do movimento, que prepara a mente humana para a apreensão da ideologia como forma de realidade. Já que o objetivo dessa educação é impedir que as pessoas adquiram convicções e pensem por si mesmas, sem o guia ideológico oferecido por estes governos. (Arendt, 2012, p. 622).

Utilizando-se dessa concepção de leis da história e natureza como processo que a ideologia, em conjunto com o terror e com a burocracia, podemos começar a entender como o governo totalitário envolve e domina totalmente o indivíduo. A propaganda, por sua vez, convence as massas no início do movimento, quando este ainda tem pouca aderência e logo depois, é substituída pela ideologia e também pelo terror.

3 Isolamento e solidão; ideologia e terror

O terror é a própria essência do totalitarismo e a ideologia substitui o princípio de ação, fazendo com que cada um se adeque da melhor forma ao papel estabelecido, de carrasco ou vítima. Desse modo, a ideologia e o terror são as diferenças mais claras do governo totalitário se comparado a outros tipos de governo, como o tirânico, por exemplo (Arendt, 2012, pp. 622-623).

Adolf Eichmann se submeteu, até o momento de sua execução, àquele que era um dos principais lemas que Hitler prescrevia: “minha honra é minha lealdade”; o oficial parecia ter escolhido permanecer submetido a ideologia nazista; ele se agarrou tão completamente aquelas ideias propagadas pelo mundo nazista que nunca conseguiu ver o mundo como aquilo que ele realmente era, um mundo real fora da ideologia, que não seguia leis lógicas e ordenadas.

Conforme Arendt, (2012, pp. 441-446) os governos totalitários organizam as massas perfeitamente atomizadas e isoladas. Atomizadas, pois estão separadas em partes tão pequenas que se sentem impotentes para agir; neste momento, as relações sociais são diluídas e o indivíduo se sente sozinho mesmo na esfera social e familiar. Os movimentos exigem uma espécie de lealdade “cadavérica”, na qual cada indivíduo devidamente isolado; ou do mundo não totalitário ou do mundo dos homens vivos, como nos campos de concentração; passem a aceitar a realidade artificialmente criada, na qual só existe sentido, quando se está inserido neste tipo de sistema.

Segundo Arendt (2012, pp. 632-634), o isolamento torna o ser humano impotente, já que não existe ação conjunta entre uns e outros na sociedade. Os governos tirânicos provocam o isolamento entre seus indivíduos para causar medo e impedir qualquer ação política, sendo, portanto, pré-totalitário. O isolamento e o terror se aproximam na medida em que os homens se sentem mais



solitários e consequentemente, mais impotentes. Contudo, nas tiranias todas as capacidades de criar, pensar, sentir e inventar não são afetadas, pois o governo barra a ação pública dos indivíduos apenas isolando os cidadãos para que não ajam em conjunto. O governo totalitário vai além interferindo na esfera privada, pois “Sabemos que o cinturão de ferro do terror total elimina o espaço para a vida privada, e que a autocoerção da lógica totalitária destrói a capacidade humana de sentir e pensar tão seguramente como destrói a capacidade de agir” (Arendt, 2012, p. 633).

É importante ressaltar que Arendt fala sobre duas espécies de isolamento. Por um lado, existe o isolamento para um tipo de trabalho, seja a produção de uma obra de arte ou outra atividade do *homo faber*, ou seja, o isolamento para a criação de algo novo no mundo. Essa forma de isolamento (para o trabalho) pode ser levada ao extremo quando tudo o que resta é o *homo faber*, ou seja, que a vida do indivíduo foi reduzida ao trabalho. E por outro lado, existe também o isolamento empregado por um tipo de governo como o tirânico, por exemplo, que isola o indivíduo para que ele não tenha relações políticas. Deste modo, busca destruir o espaço para a política, impedindo o ser humano de agir com os demais na esfera pública. No entanto, durante este isolamento a esfera privada da vida das pessoas ainda está intacta, o que quer dizer que, não há ação na esfera pública, mas todas as relações familiares e sociais se mantêm. O isolamento se torna insuportável, quando não há o que fabricar, ou seja, não se pode acrescentar nada de inteiramente individual no mundo, ele “destrói a forma mais elementar da criatividade humana” (Arendt, 2012, p. 633). O isolamento está em uma linha tênue a solidão gerada por este governo, “o isolamento pode (mas não deve) ser a condição preliminar da solidão” (Arendt, 2012, p. 635).

O isolamento se torna solidão quando o ser humano, que está isolado, não se sente mais parte do mundo, ele perde seu próprio eu, e também o mundo. Isso acontece quando não há como agir no espaço público e não se pode deixar sua marca no mundo, pois torna-se um *animal laborans* perdendo a qualidade de *homo faber*. A solidão refere-se à vida humana em todos os seus níveis, público e privado e a capacidade humana mais elementar, o mundo e aqueles que estão nele (Arendt, 2012, p. 634).

A solidão, o fundamento para o terror, a essência do governo totalitário, e, para a ideologia ou a lógica, a preparação de seus carrascos e vítimas, têm íntima ligação com o desarraigamento e a superfluidez que atormentavam as massas modernas desde o começo da Revolução Industrial e se tornaram cruciais com o surgimento do imperialismo no fim do século passado e o colapso das instituições políticas e tradições sociais do nosso tempo. Não ter raízes significa não ter no mundo um lugar reconhecido e garantido pelos outros; ser supérfluo significa não pertencer ao mundo de forma alguma (Arendt, 2012, p. 634).



O isolamento dos homens não é novidade se tratando de política, mas o domínio total não apenas barra a ação conjunta na esfera pública, como também destrói por meio do terror toda a interação na esfera privada. Mesmo em um governo totalitário, as mentiras sistemáticas só podem ser mantidas pelo constante uso do terror e da ideologia sobre a forma de pensar e agir das pessoas, a base deste governo está na ideologia e no terror, mas em uma forma de terror inteiramente nova, que não descansa quando todos os “inimigos” foram derrotados, essa forma de governo cria inimigos objetivos, renovando estes inimigos arbitrariamente de maneira a poder, se perdurasse, destruir a toda a humanidade (Arendt, 2012, pp. 623-626). A solidão aniquila todo contato humano, destitui o ser humano de si mesmo, impede a interação com os demais, destrói o senso comum, o que impede que aprendamos do mundo por meio das experiências individuais e coletivas. A solidão cria a base para o terror e para a ideologia, pois os indivíduos estão destituídos dos demais e do mundo, de modo que a ideologia e o terror suprem a falta do eu e do mundo. As leis da História e da Natureza também assumem seu papel ao criar uma sensação de pertencimento sobre-humana, fazendo com que o indivíduo se sinta parte de algo maior.

Isolamento e solidão não são a mesma coisa. Posso estar isolado - isto é, numa situação em que não posso agir porque não há ninguém para agir comigo - sem que esteja solitário; e posso estar solitário - isto é, numa situação em que, como pessoa, me sinto completamente abandonado por toda companhia humana - sem estar isolado (Arendt, 2012, p. 633).

A solidão aprisiona o ser humano em um mundo limitado, o distancia de si mesmo, o deixa completamente abandonado. A solidão não é o mesmo que estar só, a solidão é uma experiência que separa o indivíduo de seus próprios pensamentos (Arendt, 2012, p. 635). Enquanto, segundo Arendt, “o ato de pensar é feito quando se está a sós, e constitui o diálogo entre eu e eu mesmo” (Arendt, 2012, p. 636). Segundo a autora esse diálogo silencioso de dois em um, eu e meus pensamentos, é destruído quando o totalitarismo atinge o terror total, pois este é o momento em que, os indivíduos trocam o mundo caótico e sem sentido aparente, pela ideologia logicamente bem formada e sistematicamente organizada de um mundo onde tudo faz sentido (Arendt, 2012, pp. 636-639). Ideologia nesse contexto pode ser explicada pelo seu próprio nome, ou seja, a lógica de uma ideia. Segundo Arendt, “As ‘ideias’ dos ismos - a raça no racismo, Deus no deísmo etc. - nunca constituem o objeto das ideologias, e o sufixo - logia nunca indica simplesmente um conjunto de postulados ‘científicos’” (Arendt, 2012, p. 624).

Arendt explica que a ideologia não é uma pseudociência, tampouco uma pseudofilosofia, porque uma ideia - ideo - não pode tornar-se o objeto de estudos de uma ciência na mesma proporção que os animais são o objeto de estudos da zoologia. Assim como o sufixo - logia - da palavra ideologia não significa o discurso que se



possa fazer a respeito da ideia. Nesse sentido é que Arendt assevera que o racismo apresentou papel destacado, mas não se pode reduzir a ideologia nazista apenas a essa ideia. Essa conclusão da filósofa foi possível pela percepção de que o pensamento ideológico pretende fornecer uma explicação total e definitiva para a história humana (Müller, 2010, p. 31).

É importante ressaltar que não necessariamente a ideologia racista ou a que se pauta na luta de classes é totalitária; qualquer ideologia pode ser usada como instrumento político e servir de base para um governo totalitário. Segundo Arendt (2012, pp. 626-629), toda ideologia tem aspectos totalitários em si, mas estes só podem aparecer se introduzidos nesse tipo de sistema. É importante lembrar que existem outras compreensões de ideologia na literatura; não podemos nos aprofundar nesta discussão acerca das diferentes concepções neste momento. O que importa é compreender o significado estabelecido por Arendt de ideologia como forma de compreender a ferramenta totalitária usada para a dominação de indivíduos em uma sociedade.

A ideologia busca seguir o curso de uma ideia em relação aos acontecimentos. Sendo assim, as ideologias pretendem explicar o mundo de uma determinada perspectiva, como se soubessem “todo o processo histórico – os segredos do passado, as complexidades do presente, as incertezas do futuro” (Arendt, 2012, p. 624). A ideologia cria uma explicação coerente para a realidade, e os domínios totalitários buscam cumprir essa coerência através de uma lei, histórica ou natural, que supostamente já determinou quem serão as vítimas e os carrascos. Todos são diretamente submetidos à nova lógica que rege a ação dos homens. “A ‘ideia’ de uma ideologia não é a essência eterna de Platão, vislumbrada pelos olhos da mente, nem o princípio regulador da razão de Kant, mas passa a ser instrumento de explicação” (Arendt, 2012, p. 625).

Contudo, para fazer a ideologia se tornar efetivamente a nova realidade, já que os fatos não podem ser mudados, os governos totalitários alteram a forma de perceber os fatos. Um exemplo pode auxiliar a compreender a força da ideologia: não faz sentido algum enviar pessoas para campos de concentração. Não são campos de trabalho que poderiam gerar algum tipo de lucro, as pessoas enviadas não são criminosos que estariam pagando alguma pena. Os fatos são claros: as pessoas são enviadas para campos de concentração desrespeitando qualquer lei civil ou moral, os campos são desumanos e crueis. Mas a percepção daquilo que é fato é alterada pela ideologia. Partindo da premissa ideológica para olhar o mundo, o terror torna-se total quando independe de toda oposição; reina supremo quando ninguém lhe barra o caminho, fazendo cumprir as leis da História ou da Natureza. “Se a legalidade é a essência do governo não tirânico e a ilegalidade é a essência da tirania, então o terror é a essência do domínio totalitário” (Arendt, 2012, p. 618).

O terror não é apenas o medo que cada indivíduo sente; a conduta individual nada interfere na escolha das vítimas, pois o domínio total escolhe suas vítimas de acordo com a lei do movimento que

já definiu quem são os dignos de viver e os que devem ser exterminados. O totalitarismo não se preocupa com os seus próprios cidadãos, mas detém-se a cumprir o mandamento das leis do movimento. O terror do domínio total pretende “fabricar” a humanidade eliminando todas as partes que considera indesejadas. A conduta individual não pode mais ser tida como parâmetro para a segurança, pois os governos totalitários realizam deportações e extermínio em massa e escolhem essas vítimas de modo aleatório, apropriando-se de ideologias e construindo um discurso capaz de tornar coerentes essas expulsões (Diniz, 1995, pp. 61-67). Depois de eliminar um número sem conta de indivíduos de determinada classe ou “raça”, existe a possibilidade real de que esta deixe de existir, o que torna as profecias dos governos verdadeiras. Se o domínio total afirma a morte das classes agonizantes e estas estão em constante ataque, ele se exime da culpa, dizendo que apenas está acontecendo o que foi previsto. Neste sentido, os campos de concentração foram de suma importância para essa nova forma de governo.

O terror total destrói o espaço entre os seres humanos, ou seja, o espaço público, dissolvendo a pluralidade de todos e tornando-os apenas um. O governo totalitário transforma os homens em seres previsíveis e com uma única identidade. Sendo assim, os seres humanos não estão mais em constante imprevisibilidade, com a capacidade de agir de forma distinta, criando um mundo através de suas ações. Os campos de concentração foram como laboratórios, testando até onde o poder de um ser humano sobre o outro poderia ir, buscando fabricar uma nova espécie humana e acompanhar os resultados dessa fabricação “cientificamente”. O horror que se expressa nos campos de concentração, em que ocorriam os maiores absurdos, sem que sequer tivessem uma utilidade prática, é capaz de esconder de todos, mesmo depois de descoberto, o que o ser humano é capaz de fazer. Mesmo com provas factuais, essa realidade parece uma ficção de mau gosto (Müller, 2010, pp. 29-30).

Os campos destinam-se não apenas a exterminar pessoas e degradar os seres humanos, mas também servem a chocante experiência da eliminação, em condições cientificamente controladas, da própria espontaneidade como expressão da conduta humana, e da transformação da personalidade humana numa simples coisa, em algo que nem mesmo os animais são; pois o cão de Pavlov que, como sabemos, era treinado para comer quando tocava um sino, mesmo que não estivesse com fome, era um animal degenerado (Arendt, 2012, p. 582).

Esses campos buscam a aniquilação da pessoa humana em todos os sentidos, reduzindo-as a seres com reações automáticas e previsíveis, como os cães de Pavlov. Para alcançar essa transformação das vítimas em autômatos, uma série de medidas foi necessária.

Em primeiro lugar, o totalitarismo busca eliminar a pessoa jurídica, retirando das pessoas todos os direitos. A partir desse momento, elas não estão mais amparadas pela justiça e ficam à mercê da própria sorte; nem mesmo as autoridades têm o dever de protegê-las. Não são tratadas sequer como

os demais criminosos, que têm direito a um advogado, a um processo legal, aos cuidados do Estado. O governo assume o controle dessas vidas, inclusive levando-as à morte, sem que haja quem reclame, uma vez que não são mais cidadãs de nenhum Estado.

Em segundo lugar, o totalitarismo mata a pessoa moral, corrompendo toda interação social e solidária, tornando o indivíduo impotente a ponto de não conseguir agir moralmente, pois percebe que suas ações não farão diferença. Os campos de extermínio tornam a morte anônima, dificultando quase completamente saber se aqueles que foram capturados estão vivos ou mortos. Destroem até mesmo a lembrança dos familiares, pois estes devem manter distância daqueles que foram capturados para salvar a própria vida. Como falar de moral quando alguém deve escolher qual filho será levado a um campo, ou quando se vê obrigado a se divorciar do marido que foi capturado para salvar os filhos? Essas pessoas devem esquecer que esses prisioneiros existem para sua própria segurança. "Em certo sentido, roubam a própria morte do indivíduo" (Arendt, 2012, p. 600).

Por fim, buscam eliminar até mesmo o que há de mais essencial no ser humano: sua própria individualidade. Os domínios totais conseguem destruir até mesmo a identidade da pessoa, desumanizando cada uma delas e tornando-as apenas um número, retirando-lhes a dignidade e transformando a identidade em uma lembrança distante até que possa ser completamente esquecida. Essa trajetória começa com o transporte dos passageiros como animais selvagens, nus, despidos de toda vergonha ou pudor, fazendo com que estes se tornem conceitos irrelevantes para alguém sem identidade. "A única coisa que ainda impede que os homens se transformem em mortos-vivos é a diferença individual, a identidade única do indivíduo" (Arendt, 2012, p. 601). Depois, articula-se a padronização brutal de todos os corpos, onde todos são igualmente descartáveis, não sendo, neste momento, pessoas, mas apenas "material humano". A trajetória termina na morte física da pessoa, mas não sem que antes ela passe por experiências de tortura física que buscam atormentar o corpo e manipular a mente, uma dor dosada para não matar rápido demais. "O objetivo desses métodos, em qualquer caso, é manipular o corpo - com as suas infinitas possibilidades de dor - de forma a fazê-lo destruir a pessoa humana tão inexoravelmente como certas doenças mentais de origem orgânica" (Arendt, 2012, p. 601).

Os campos de extermínio, como Arendt lembra, estão relacionados aos castigos de vida após a morte, sendo o inferno o pior deles. As mais variadas formas de campos de concentração aparentam, para aqueles que estão de fora, que os "piores" são encaminhados para o pior tipo de campo, mas isso está longe de ser a verdade. Em primeiro lugar, porque os prisioneiros são criminosos sem crime, ou seja, foram escolhidos de acordo com o que o movimento necessitava. Em segundo lugar, porque os próprios carrascos não se sentem criminosos; eles apenas estão, segundo sua percepção, cumprindo ordens e fazendo seu trabalho, que, no final das contas, seria feito de qualquer maneira, fundamentado



naquela ideia de lei da história e da natureza como processo que foi analisado anteriormente. Além disso, o movimento total é tão complexo que torna as próprias vítimas carrascos, confundindo as funções e tornando todos assassinos. "A linha divisória entre perseguidor e perseguido, entre assassino e vítima, desaparece à medida que os internos dos campos de concentração são obrigados pela SS a colaborar, forçados a agir como assassinos" (Diniz, 1995, p. 61). Segundo Hannah Arendt, o movimento totalitário foi responsável por mostrar ao mundo o ápice da maldade humana. Essa nova forma de governo foi capaz de destruir a própria identidade individual, buscando criar uma nova espécie do animal humano. O totalitarismo instaura um novo tipo de crime, mas também um novo tipo de criminoso. Adolf Eichmann é esse novo criminoso; o cidadão massificado que escolheu fazer parte das organizações criminosas e do Estado em que o crime era a norma; submeteu-se à lógica das ideias nazistas e pode ter perdido o contato com o mundo e consigo mesmo, tornando-se incapaz de pensar por conta própria, pois substituiu o pensamento, esse diálogo consigo mesmo, pela lógica da ideia que era apresentada pelos governos totalitários. Eichmann parecia incapaz de perceber o mundo real, mesmo depois do final da guerra e de uma vida longe da Alemanha nazista, próximo de toda a verdade factual que surgiu após a queda de Hitler, mesmo depois de confrontado pelo mundo.

Considerações finais

O totalitarismo se diferencia das formas tradicionais de governo por sua estrutura, que busca um controle total sobre os indivíduos, tanto na esfera pública quanto na privada. Arendt compara essa estrutura a uma cebola, com o líder no centro, controlando de dentro para fora. A ideologia totalitária busca criar uma sensação de pertencimento e coerência, distorcendo a realidade para se adequar à sua narrativa. O domínio total se baseia na organização das massas, não das classes, e busca aniquilar a individualidade em prol do Estado.

Arendt também aborda a relação entre história e natureza, destacando a busca humana pela imortalidade através da memória e da obra. O paradoxo entre a mortalidade humana e a imortalidade da natureza é resolvido poeticamente na antiguidade grega, mas a filosofia de Platão torna-se imperativa ao afirmar a imortalidade potencial dos seres humanos. Esses conceitos ajudam a entender como o totalitarismo molda a sociedade e justifica suas ações, manipulando tanto a percepção da realidade quanto a própria essência humana.

No início da época moderna, a dúvida se tornou central com o "cogito" de Descartes, estabelecendo as bases da modernidade na incerteza em relação aos sentidos e aos pensamentos inatos. Arendt destaca que o ser humano passou a agir sobre o mundo e a natureza, moldando-os de maneira

semelhante à maneira como moldava a história. Os governos totalitários exploraram essa capacidade humana de ação, utilizando a ideologia para transformar os indivíduos em seres previsíveis e manipuláveis.

Através de uma lógica ideológica, esses regimes subverteram as leis da natureza e da história, justificando atrocidades como sacrifícios necessários para o bem da espécie ou do movimento. A propaganda totalitária preparava as massas para aceitar o poder do partido, enquanto a ideologia e o terror eram empregados para manter o domínio absoluto, substituindo inimigos conforme necessário para perpetuar o controle.

Hannah Arendt destaca a importância da propaganda, do terror e da ideologia na criação desse tipo de regime. Ela argumenta que, ao promover uma realidade fictícia e coerente, o totalitarismo busca suprir a necessidade humana de ordem e sentido. A propaganda inicialmente convence as massas, mas é substituída pela ideologia e pelo terror, que buscam eliminar a capacidade de pensar criticamente e agir de forma independente. O isolamento e a solidão são ferramentas essenciais desse sistema, que busca destruir a interação social e a individualidade. Arendt também discute a transformação das vítimas em autômatos nos campos de concentração, onde o terror total busca destruir não apenas as vidas, mas também a própria humanidade das pessoas. Em última análise, o governo totalitário procura criar uma nova espécie de ser humano, moldado pela ideologia e controlado pelo terror.

Argumentamos que o totalitarismo, segundo Hannah Arendt, é uma forma de governo que reestrutura as bases políticas, eliminando tradições e visando à hegemonia global por meio da ideologia e do terror. Arendt destaca como os regimes totalitários manipulam a percepção da realidade e a essência humana, suprimindo a individualidade e a capacidade de pensar criticamente das massas. Ela argumenta que o totalitarismo cria uma nova espécie de ser humano moldado pela ideologia e controlado pelo terror, e ressalta a importância da propaganda, do terror e da ideologia na criação e manutenção desse tipo de regime.

O totalitarismo reestrutura as bases políticas, elimina tradições e busca hegemonia global por meio da ideologia e do terror. Arendt argumenta que o totalitarismo se diferencia das formas tradicionais de governo por sua busca de controle total sobre os indivíduos, tanto na esfera pública quanto privada. Além disso, destaca a distorção da relação entre poder e lei nos regimes totalitários, onde a lei serve ao movimento totalitário em detrimento da estabilidade social. Devemos considerar a maneira como a ideologia totalitária busca criar uma sensação de pertencimento e coerência, distorcendo a realidade para se adequar à sua narrativa. Arendt destaca a importância da propaganda, do terror e da ideologia na criação e manutenção desse tipo de regime. Ela argumenta que o totalitarismo busca suprir a necessidade humana de ordem e sentido, manipulando tanto a percepção da realidade quanto a própria essência humana.



Além disso, o texto explora como os governos totalitários exploraram a capacidade humana de ação, utilizando a ideologia para transformar os indivíduos em seres previsíveis e manipuláveis. Através de uma lógica ideológica, esses regimes subverteram as leis da natureza e da história, justificando atrocidades como sacrifícios necessários para o bem da espécie ou do movimento. Em suma, buscamos responder à pergunta principal: Como o totalitarismo molda a sociedade e justifica suas ações, manipulando a percepção da realidade e o comportamento humano? Mostrando como o totalitarismo molda a sociedade, justifica suas ações e controla as massas através da manipulação da percepção da realidade e da essência humana, conforme analisado por Hannah Arendt

Em conclusão, o texto oferece uma análise abrangente sobre o totalitarismo, baseado nas reflexões de Hannah Arendt. Ao examinar como o totalitarismo reestrutura as bases políticas, busca o controle total sobre os indivíduos e manipula a percepção da realidade, podemos compreender melhor não apenas os mecanismos desse tipo de regime, mas também as suas consequências devastadoras para a sociedade e para a própria essência humana. Arendt nos alerta para a importância de permanecermos vigilantes contra qualquer tentativa de suprimir a liberdade individual e a diversidade de pensamento, destacando a necessidade de protegermos os valores democráticos e os direitos humanos fundamentais. Assim, ao refletirmos sobre o legado sombrio do totalitarismo, somos instigados a fortalecer os alicerces de uma sociedade livre, justa e plural, onde a dignidade e a autonomia de cada indivíduo sejam respeitadas e protegidas.

Recebido em: 22/04/2024

Aceito em: 16/09/2024

Publicado em: 28/10/2024



REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Marcelo. A banalidade do mal e as possibilidades da educação moral: contribuições arendtianas. *Revista brasileira de educação*, vol. 15, n. 43, pp. 109-199, 2010. DOI: <http://doi.org/10.1590/S1413-24782010000100008>.
- ARENKT, Hannah. *Entre o Passado e o Futuro*. 8^a ed. Perspectiva: São Paulo, 2016.
- ARENKT, Hannah. *Origens do totalitarismo: Antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2012.
- ARENKT, Hannah. *Responsabilidade e julgamento*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- ARENKT, Hannah. *A vida do espírito: O pensar, o querer e o julgar*. 4^a ed, São Paulo: Relume Dumará, 2000.
- ARENKT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: um relato da banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das letras, 1999.
- ARENKT, Hannah. *A condição humana*. 13^a ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.
- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Cultural. 1984.
- ASSY, Bethânia. *Ética, responsabilidade e juízo em Hannah Arendt*. São Paulo: Perspectiva; São Paulo: Instituto Roberto Bobbio, 2015.
- CHAVES, Rosangela. Isolamento, solidão e solitude. *Emira cultura*. Disponível em: <http://ermiracultura.com.br/2020/04/15/isolamento-solidao-solitude/>. 2020. Acesso em: 25 de maio de 2021.
- CORREIA, Adriano. Arendt e Kant: banalidade do mal e mal radical. *Revista de Filosofia Argumentos*, Fortaleza, Ano 5, n 9, p. 63-78, 2013. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/argumentos/article/view/19002/0>. Acesso em: 23 abril 2024.
- DINIZ, Nádia S. *A banalidade do mal em Hannah Arendt*. 1995. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1995.
- KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Rio Grande do Sul: Barcarolla, 2010.
- KANT, Immanuel. *A religião nos limites da simples razão*. Covilhã: Lusofia, 2008.
- MARCIA Teshima; Lilian Yamamoto. Pena de morte no direito e na literatura. In: Müller, Maria Cristina. (Org). *O julgamento de Adolf Eichmann e a banalidade do mal: a não correspondência entre ser mal e fazer o mal*. Londrina: Eduel, 2019, pp. 241-284.
- MÜLLER, Maria C. *A possibilidade de construção de uma moralidade política em Hannah Arendt*. Tese (Doutorado em Filosofia) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.
- AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- CASTANHEIRA, Nuno Pereira. Pode o pensar nos impedir de fazer o mal? Uma questão de consciência. *Revista Trans/ Form/ Ação*. Marília, v 40, n. 4, p. 209-236, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-31732017000400012>.
- CHAGAS, Viktor Meu malvado favorito: os memes bolsonaristas de WhatsApp e os acontecimentos políticos no Brasil. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v 34, n 72, p. 169-196. 2021. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/82097>. Acesso em: 23 abril 2024.
- FORTI, Simona. *Los Nuevos Demonios: Repensar roy el mal y el poder*. Cidad autônoma de Buenos Aires: Edhasa, 2014.
- GIOCOIA, Oswaldo Jr. Mal Radical e mal banal. *Revista o que nos faz pensar*. São Paulo, n. 29. p. 138-178. 2011. <https://www.oquenosfazpensar.com.br/oqnf/article/view/332>. Acesso em: 23 abril 2024.
- KOTTOW, Miguel. Maleficencia y la banalidad del mal: una reflexión bioética. *Revista Latinoamericana de Bioética*, Bogotá, v. 14, n. 1. Ed. 26. p. 38-47. 2014. Disponível em: <https://repositorio.uchile.cl/handle/2250/129569>. Acesso em: 23 abril 2024.



TORRÃO, Nazaré. *O mal: Desconcerto da natureza humana... uma leitura de O amor em Lobito Bay de Lídia Jorge*. Studia Universitatis, Romênia: Babes-Bolyai, 2019.

VIERSENTEINER, Jorge L; MÜLLER, Maria Cristina; NETO, Rodrigo Ribeiro Alves. O grande jogo da mentira e do cinismo. In: MÜLLER, Maria Cristina. (Org). *Filosofia política contemporânea, ANPOF*. São Paulo, 2019, pp. 82-90.